



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE GESTÃO FLORESTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SUA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO.

Através do presente instrumento de um lado o Estado de Santa Catarina, por sua FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA, pessoa jurídica de direito público devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, situada à Rua Felipe Schmidt, nº 485, neste ato representada pelo seu **Presidente Alexandre Waltrick Rates**, brasileiro, casado, portador do RG nº 208.028-6, inscrito no CPF sob o nº 092.072.468-05, e de outro lado o **Município de Presidente Getúlio**, pessoa jurídica de direito público devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 83.102.434/0001-20 com endereço na Rua Praça Otto Müller – 10, Centro, neste ato representada por seu **Prefeito Municipal Sr. Nelson Virtuoso**, brasileiro, casado, portador do RG nº 865.714-9, inscrito no CPF sob nº 310.320.289-04.

CONSIDERANDO:

Que o licenciamento ambiental é um dos instrumentos mais importantes da Política Nacional do Meio Ambiente, cujas regras gerais estão definidas pela Lei 6.938/1981;

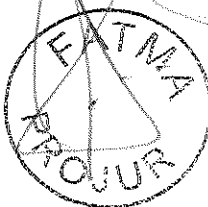
Que a Lei Complementar n. 140/2011 fixou as normas de cooperação entre a União, Estados e Municípios, relativamente ao exercício da competência disposta nos incisos III, VI e VII do Art. 23 da Constituição Federal.

Que a Lei Complementar Federal n. 140/2011, em seu art 3º, I, dispõe que constituem objetivos fundamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum, proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão descentralizada, democrática e eficiente;

Que o Artigo 8º da Lei Complementar 140, estabelece que são ações administrativas do Estados:

XVI - aprovar o manejo e a supressão de vegetação, de florestas e formações sucessoras em:

b) imóveis rurais, observadas as atribuições previstas no inciso XV do art. 7º; e





ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

Que o Art. 9º, XIV, da Lei Complementar n. 140/2011 estabeleceu como ações administrativas dos Municípios promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos: a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

XV - observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas nesta Lei Complementar, aprovar:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs); e

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

Que os entes federativos podem valer-se, para fomentar a gestão ambiental compartilhada e descentralizada, de convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, a teor do art. 4º, §2º, da Lei Complementar Federal n. 140/2011;

O disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei nº 11.428, de 21.12.2006;

O disposto no art. 25, da Lei nº 11.428, de 21.12.2006;

O disposto nos arts. 32, 35, 40, do decreto 6.660, de 21.11.2008, que depende do órgão ambiental estadual competente o corte ou supressão de vegetação;

O disposto no art. 26, da Lei nº 12.651, de 25.05.2012, que a supressão da vegetação para uso alternativo do solo depende de prévia autorização do órgão ambiental estadual competente do SISNAMA;

Que o art. 6º da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997, dispõe que “Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio”;

Que o art. 2º da Resolução CONAMA nº 378, de 19 de outubro de 2006, enuncia que os entes federados poderão celebrar instrumentos de cooperação para exercerem as competências previstas no art. 83 da Lei nº 11.284, de 2006;

Que a Lei Complementar Estadual nº 381, de 07 de maio de 2007, art. 98, incisos VIII e IX autoriza a FATMA a firmar convênios, devendo supervisionar a execução de tais atos;





ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

Que o Decreto Estadual nº 620, de 27 de agosto de 2003, que institui o Programa de Descentralização das Ações de Gestão Ambiental no Estado de Santa Catarina, prevê a celebração de convênio de cooperação técnica e institucional;

Que a Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente, autoriza a celebração de convênios pela **FATMA**, consoante o disposto nos arts. 14, VII e VIII;

Que a Resolução CONSEMA Nº 02/2006, em seu art. 3º, autoriza a celebração de convênio para a gestão florestal compartilhada;

Que as restrições previstas nos arts. 30 e 31, da Lei n. 11.428/2006, referente à preservação de vegetação de Mata Atlântica em área urbana, no percentual de 50% (vegetação secundária em estágio avançado), e percentuais de 30% ou 50% (vegetação secundária em estágio médio, conforme perímetro urbano aprovado antes ou após a data de início de vigência da Lei), aplicam-se somente para loteamentos e edificações.

Que o Código Estadual do Meio Ambiente, embora estabeleça uma APP com metragem reduzida, veda a emissão de autorização de supressão, o que somente pode se dar com a aplicação da Lei nº 12.651, de 25.05.2012.

RESOLVEM estabelecer os critérios para a gestão florestal compartilhada pelos municípios através deste Termo de Delegação de Atribuições.

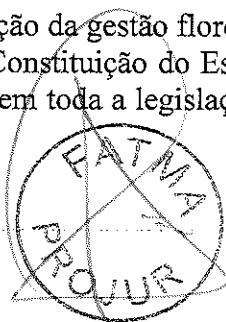
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto do presente instrumento a “delegação de atribuição” com vistas à execução de programa de gestão florestal compartilhada, mediante delegação de competência ambiental, especialmente em relação ao cumprimento da legislação ambiental vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Os termos e condições estabelecidos no presente instrumento fundamentam-se nas Leis nº 140/11, 12.651/12, nº 11.284/06 e nº 11.428/06; no Decreto nº 6.660/08; nas Resoluções CONAMA nº 237/97 e nº 378/06, na Lei Complementar Estadual nº 381/07, no Decreto Estadual nº 620/03, na Lei Estadual nº 14.675/09 e nas Resoluções CONSEMA nº 02/06 e nº 10/2011.

a) Os municípios obrigam-se na execução da gestão florestal compartilhada a cumprir com o disposto na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina, nas normas citadas neste instrumento, bem como, em toda a legislação atual ou futura, pertinente à área ambiental florestal.





CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO:

A execução do objeto deste instrumento é de obrigação do órgão ambiental com o apoio do município, nos seguintes termos:

§ 1º - Autorização, fiscalização e controle de corte eventual de árvores sem propósito comercial direto ou indireto, bem como aproveitamento de árvores mortas ou caídas em função de causas naturais, para benfeitorias nas propriedades rurais ou posses de comunidades tradicionais, cujo volume não exceda a 20,00 m³ (vinte metros cúbicos), em vegetação secundária estágio médio e avançado de regeneração, a cada período de 03 (três) anos, e quando lenha para uso doméstico limitado a 15 m³ a cada ano, aplicadas as normas legais, especificamente a Lei Federal nº 12.651/12, a Lei Federal nº 11.428/06 e o Decreto Federal nº 6.660/08.

§ 2º - O transporte de produtos e subprodutos florestais provenientes do corte eventual para consumo nas propriedades rurais, posses das populações tradicionais ou de pequenos produtores rurais, além dos limites da posse ou propriedade rural e dentro do mesmo município, para fins de beneficiamento, deverá ser acompanhado da respectiva autorização para o transporte de produtos e subprodutos florestais de origem nativa emitida pelo órgão ambiental municipal.

a) - O requerimento da autorização para o transporte de produtos e subprodutos florestais deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

- I – dados de volume individual e total por espécie, previamente identificadas e numeradas;
- II – justificativa de utilização e descrição dos subprodutos a serem gerados;
- III – indicação do responsável pelo beneficiamento dos produtos; e
- IV – indicação do responsável pelo transporte dos produtos e subprodutos gerados, bem como do trajeto detalhado de ida e volta a ser percorrido.

b) - O órgão ambiental municipal poderá autorizar o transporte de produtos e subprodutos florestais por meio de aposição de anuência no próprio requerimento, mantendo uma via arquivada no órgão, para fins de registro e controle.

§ 3º - Autorização para corte de árvores isoladas em área urbana e rural de acordo com a Portaria FATMA Nº 307/2016 e Instrução Normativa FATMA nº 57.

§ 4º - Autorização para corte de árvores em área urbana e rural que acarretam risco à vida ou ao patrimônio, mediante Laudo Técnico de profissional habilitado, atestando as condições das árvores, com registro fotográfico, conforme Portaria Intersectorial SDM/FATMA 01/2002 (artigo 8º), Resolução CONSEMA nº 10/2010, Resoluções CONAMA nº 278/2001 e 300/2002 (para espécies ameaçadas) e a Instrução Normativa FATMA nº 26.



15.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

§ 5º - Autorização para corte, supressão ou exploração de vegetação natural secundária no estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica, para imóveis cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural nos termos da legislação, no limite de até 3,0 ha (três hectares) de área de corte, aplicadas as disposições da Lei nº 11.428/06 e do Decreto nº 6.660/08.

I - A autorização de que trata o parágrafo §5º do presente instrumento poderá ser emitida uma única vez.

§ 6º - Autorização para corte, supressão ou exploração de vegetação natural secundária no estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitado em até 2,0 ha (dois hectares) por ano.

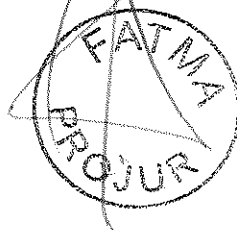
I - Considera-se pequena propriedade rural ou posse familiar aquela até 4 módulos fiscais, explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária (inciso V do art. 3º da Lei 12.651/2012) e que atenda os critérios abaixo (art. 3º da Lei 11.326/2006):

- a) não detenha, a qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais;
- b) utilize mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 7º - Autorizar o corte e supressão de vegetação secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, em imóveis urbanos com área de corte de até 1,0 ha (um hectare), para fins de edificação, aplicadas as disposições da Lei nº 11.428/06 (arts. 17, 30 e 31) e do Decreto nº 6.660/08 (arts. 26, 40 e 41).

§ 8 - Para municípios que exerçam o licenciamento ambiental autorizar o corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio para a implantação empreendimentos licenciados ou autorizados ambientalmente pelo Município independente da área de corte.

I - Para implantação de loteamento ou qualquer edificação nos perímetros urbanos aprovados até a data da vigência da Lei nº 11.428/06, deverá ser mantido 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação, devendo, ainda, a título de compensação pelo desmate, igual área ser preservada com as mesmas características ecológicas no mesmo Município ou Região Metropolitana, de acordo com os arts. 17 e 31 da Lei nº 11.428/06 e art. 26 do Decreto Federal nº 6.660/08.





ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

II – Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência da Lei nº 11.428/06, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção, em no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

§ 9 - Para municípios que exerçam o licenciamento ambiental autorizar o corte, a supressão e a exploração da vegetação em estágio avançado para a implantação empreendimentos licenciados ou autorizados ambientalmente pelo Município independente da área de corte.

I – Para a implantação de loteamento ou qualquer edificação nos perímetros urbanos aprovados até a data de vigência da Lei nº 11.428/06, deverá ser mantido 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, devendo, ainda, a título de compensação pelo desmate, igual área ser preservada com as mesmas características ecológicas no mesmo Município ou Região Metropolitana, de acordo com os arts. 17 e 30 da Lei nº 11.428/06 e art. 26 do Decreto Federal nº 6.660/08.

II - Nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência da Lei nº 11.428/06, é vedada a supressão em estágio avançado para fins de loteamento ou edificação.

§ 10 - Aprovar, após análise técnica, localização da área verde e da compensação ambiental e exigir posterior averbação em cartório, nos termos do art. 17, art. 30, inciso I e art. 31, §§ 1º e 2º da Lei 11.428/2006 e art. 26 do Decreto 6.660/2008.

§ 11 - A emissão de autorização para corte raso de vegetação deverá ser precedida da apresentação de documento que comprove a reposição florestal, estabelecida pelo Decreto nº 5.975/06, Instrução Normativa MMA nº 06/2006 e Instrução Normativa FATMA nº 46, exceto para o pequeno produtor rural, desde que não haja transporte de material lenhoso para fora dos limites da propriedade.

§ 12 – Analisar e aprovar a geração de créditos de reposição florestal conforme Instrução Normativa MMA nº 06/2006, Instrução Normativa FATMA nº 46 e Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014.

I - A geração do crédito da reposição florestal dar-se-á somente após a comprovação do efetivo plantio de espécies florestais adequadas, preferencialmente nativas, realizada por meio de vistoria técnica. O órgão municipal deverá apresentar relatório de comprovação do plantio ao órgão ambiental estadual para que se efetue a creditação da reposição florestal.

§ 13 - Autorização para supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP para atividades consideradas de baixo impacto ambiental, estabelecidas pela Resolução CONSEMA nº 10/2010.

a) - Poda, corte ou extração de espécimes florestais nativas ou exóticas, em situação de risco de queda, que podem ameaçar a vida, patrimônio ou meio ambiente, assim consideradas por



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

meio de laudo técnico, expedido por profissional legalmente habilitado, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

b) - Implantação de obras de arte, como pontes, alas e ou cortinas de contenção e tubulações para viabilizar acesso aos imóveis urbanos ou rurais, desde que, não possuam alternativa técnica e locacional, econômica e ou ambiental viável, limitada a uma largura máxima estabelecida de 12 m (doze metros) e com ART de projeto e execução da obra por profissional legalmente habilitado.

c) - Desassoreamento, limpeza de leito de curso d'água, manual ou mecânica, com ações de retirada de sedimentos, entulhos e espécies vegetais herbáceas, para normalizar o fluxo d'água em áreas iguais ou inferiores a 100m² (cem metros quadrados) e 50 (cinquenta) metros lineares, com ART de projeto e execução da obra por profissional legalmente habilitado.

d) - Pequenas retificações de cursos d'água, em no máximo 15 m (quinze metros) de extensão em áreas antropizadas, visando à contenção de processos erosivos, segurança de edificações e de vias públicas, mediante laudo e projeto técnico expedido por profissional legalmente habilitado, acompanhado de ART.

I - Em caso de risco iminente poderá ser autorizada a intervenção mediante laudo da defesa civil, devendo apresentar ao órgão ambiental competente o relatório de conclusão da obra.

e) - Retirada manual ou mecânica, sem aproveitamento econômico, de entulhos e restos de materiais vegetais lenhosos, oriundos da deposição natural nas margens de cursos d'água ou planícies de alagamento, por ocasião de enchentes, enxurradas ou outros eventos climáticos, condicionada a recuperação da área de intervenção, caso necessário.

I - Em caso de uso na propriedade ou doação a entidade filantrópica deverá ser apresentado laudo comprobatório e recuperação da área de intervenção, caso necessário.

f) - Desativação de reservatórios artificiais resultantes do barramento ou represamento de cursos d'água, com superfície menor ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), sob orientação de profissional legalmente habilitado com ART e mediante recuperação de APP.

g) - Recuperação de áreas degradadas em APP, em imóveis urbanos e rurais, por obras civis e obras de arte correlatas, com áreas inferiores ou iguais a 500 m² (quinhentos metros quadrados), com projeto e execução de profissional legalmente habilitado e respectiva ART.

I - A intervenção em APP prevista no item “g”, quando situada em área urbana, poderá ser autorizada pelo órgão ambiental municipal, desde que o Município tenha informado ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, que realiza o licenciamento de impacto local, nos termos das normatizações vigentes.



15.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

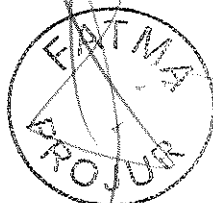
- h) - Implantação de sistema de coleta, tratamento, lançamento e destinação final de efluentes sanitários domésticos unifamiliares e multifamiliares abaixo do porte P, consolidadas, desde que não possua alternativa técnica locacional, econômica e ambiental viável e mediante projeto aprovado pelos órgãos competentes.
- i) - Obras de drenagem de águas pluviais em áreas urbanas, que não caracterizem canalização ou tubulação de curso d'água, devendo ser exigida recuperação da APP.
- j) - Substituição de espécies exóticas por nativas em área de até 5.000 m² (cinco mil metros quadrados), em imóveis urbanos ou rurais, com projeto de recuperação ambiental simplificado e execução de forma gradual, devendo ser exigido projeto técnico com ART quando for necessário.

§ 14 – Para efeitos de cadastro e homologação no Sistema DOF (Documento de Origem Florestal), a Autorização de Corte – AuC deverá conter os seguintes dados:

- I - Nome e CPF/CNPJ do empreendedor;
- II - Tipologia da Autorização, exemplo: Uso Alternativo do Solo – Desmatamento, Exploração em Plano de Manejo, Exploração de Floresta Plantada, Supressão de Vegetação em Licenciamento Ambiental – ASV, Corte de Árvores Isoladas;
- III - Nome da propriedade, matrícula, município e órgão emissor;
- IV - Número da Autorização;
- V - Número do Processo;
- VI - Data de emissão e de validade da Autorização de Corte;
- VII - Coordenadas geográficas da área a ser explorada (Latitude, Longitude);
- VIII - Descrição de Acesso à propriedade;
- IX - Área Autorizada em hectares (ha);
- X - Volume e descrição das espécies a serem suprimidas:
- a) Sempre que o material a ser explorado for em tora (m³), é obrigatório que indique o nome científico, nome popular e o volume por espécie,
- b) Sempre que o material a ser explorado for em lenha (st), é obrigatório que indique o volume em estéreo.

§ 15 – Quando da solicitação de cadastro e homologação junto ao Sistema DOF, a Autorização de Corte deverá estar com o prazo de validade vigente e, ser encaminhada oficialmente pelo município ao órgão ambiental competente – FATMA. Previamente à solicitação o interessado deve comprovar junto ao Município que possui inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) na categoria de Uso de Recursos Naturais – exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais.

§ 16 – A inserção dos dados apresentados pela Municipalidade a FATMA no sistema DOF é meramente um ato administrativo de digitação de dados, ou seja, compete ao Município



[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

verificar e analisar os casos de supressão de vegetação em que se faz necessária a anuência da FATMA e/ou IBAMA.

§ 17 - Prestar apoio técnico e operacional à **FATMA** na realização de vistorias, por técnicos habilitados, visando à autorização, por esta entidade estadual, nos casos não delegados neste Termo, de corte ou supressão de vegetação de Mata Atlântica, obedecidas às determinações da Lei nº. 11.428/06 e do Decreto nº 6.660/08.

§ 18 - Manter condições mínimas de estruturação administrativa para o exercício da atividade de controle ambiental, incluindo Conselho Municipal de Meio Ambiente, com participação paritária governamental e não-governamental.

§ 19 - Bimestralmente, apresentar à **FATMA**, relatório das atividades autorizadas, juntamente com cópia das autorizações concedidas para cada atividade.

§ 20 - Desenvolver campanhas educativas referentes à conscientização ecológica nas escolas do Município, visando o conservadorismo e a preservação dos recursos naturais (água, ar e solo) e a proteção da fauna e da flora.

§ 21 - Na execução do objeto deste Termo os municípios devem observar toda a legislação atinente à proteção da Mata Atlântica, em especial a Lei nº. 11.428/06, Decreto 6.660/08, Lei nº 12.651/12, Resolução CONSEMA nº 51/2014, Portarias MMA nº 443/2014, 444/2014 e 445/2014, que reconhece a lista de espécies da flora brasileira ameaçada de extinção e demais normas aplicáveis.

§ 22 - As autorizações para corte de vegetação deverão ser precedidas de Parecer Técnico e conter assinatura do técnico analista e da autoridade florestal.

§ 23 - Acompanhar e fiscalizar as autorizações de corte expedidas pelos municípios especialmente quanto ao cumprimento da compensação ambiental e garantia de preservação mínima nos casos aplicáveis da Lei Federal nº 11.428/2006 e Decreto Federal nº 6.660/2008.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUPERVISÃO GERAL

A supervisão geral deste instrumento será feita pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente instrumento caberá à **FATMA**, a quem compete receber e analisar os relatórios bimestrais referidos no § 14º da Cláusula Terceira, em observância à legislação de regência da matéria objeto da presente, com as observações que julgarem necessárias.

CLÁUSULA SEXTA – DO CUSTO DAS AUTORIZAÇÕES



Assinatura manuscrita e uma marcação de hash (#) à direita.

15



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

Os custos decorrentes das análises e vistorias dos pedidos de procedimentos licenciatórios deverão ser pagos diretamente ao órgão ambiental municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO APOIO LOGÍSTICO E OPERACIONAL

Caberá ao **MUNICÍPIO** oferecer todo o apoio logístico, operacional e pessoal necessário ao órgão ambiental municipal no cumprimento das atividades de execução delegadas neste Instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS NORMAS TÉCNICAS E LEGAIS

O **MUNICÍPIO**, por meio de seu órgão ambiental, executará o objeto do presente instrumento com estrita observância às diretivas procedimentais da **FATMA**, especialmente as Instruções Normativas específicas para cada modalidade de corte e a legislação federal e estadual aplicável à matéria, respondendo técnica e administrativamente pelo cumprimento das mesmas.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

O município responderá civil, penal e administrativamente pela infringência à legislação ambiental na execução deste Instrumento.

Parágrafo único. Quando for o caso, a **FATMA** avaliará as responsabilidades do **MUNICÍPIO**, podendo fundamentadamente, denunciar o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

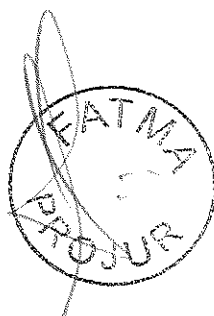
As partes poderão, a qualquer momento, propor a rescisão deste Instrumento por não cumprimento de suas Cláusulas ou por mútuo acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente instrumento tem vigência, a partir da data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Este Convênio entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Compete ao **MUNICÍPIO** os custos da publicação.



[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA NÃO CONVALIDAÇÃO

A assinatura do presente “Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal” não convalida nenhum ato praticado pelo município delegado antes de sua subscrição, devendo o ente responsável responder por possíveis ações ilegais na forma da legislação reinante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

O Foro para dirimir quaisquer questões a respeito deste Instrumento é o da Comarca de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

E por estarem certos e ajustados firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas indicadas.

Florianópolis, 27 de Abril de 2017.

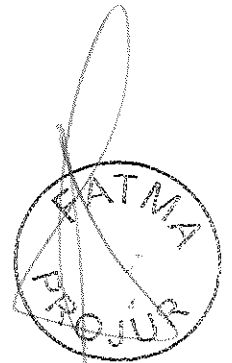


FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA
Alexandre Waltrick Rates – Presidente



Nelson Virtuoso
310.320.288,04
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
Nelson Virtuoso - Prefeito Municipal





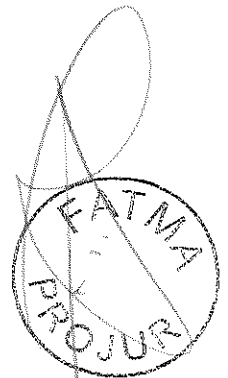
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

Testemunhas:

1. Armando Loureiro
CPF: 077.985.599-09

2. Marcos Roberto Tomador Lindp
CPF: 004.303.969-37

Valterio Martini
048 189 569 37





ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DE GESTÃO FLORESTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR SUA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA, E DE OUTRO LADO O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO.

PARTÍCIPES:

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FATMA, pessoa jurídica de direito público devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.256.545/0001-90, situada à Rua Felipe Schmidt, nº 485, neste ato representada pelo seu **Presidente Alexandre Waltrick Rates**, brasileiro, casado, portador do RG nº 208.028-6, inscrito no CPF sob o nº 092.072.468-05.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, pessoa jurídica de direito público devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 83.102.434/0001-20 com endereço na Rua Praça Otto Müller – 10, Centro, neste ato representada por seu **Prefeito Municipal Sr. Nelson Virtuoso**, brasileiro, casado, portador do RG nº 865.714-9, inscrito no CPF sob nº 310.320.289-04.

As partes supra identificadas ajustaram o **TERMO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES** e, por este instrumento, celebram o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, em conformidade com as normas legais vigentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Inclusão do § 24 na CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO : **Por este instrumento o Município se compromete a investir esforços, propor e aprovar no prazo de 12 (doze) meses, seu Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (PMMA), em conformidade com o artigo 38 da Lei nº 11.428/2006 e o artigo 43 do Decreto nº 6.660 de 21/11/2008.**

Alteração dos § 8 e § 9 da CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO, § 8 : Para municípios que exerçam licenciamento ambiental autorizar o corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio médio para a implantação de empreendimentos licenciados ou autorizados ambientalmente pelo Município **de acordo com os itens I e II.**

I – Para implantação de loteamento ou qualquer edificação nos perímetros urbanos aprovados até a data da vigência da Lei nº 11.428/06, deverá ser mantido 30% (trinta por cento) da área total coberta por vegetação, devendo, ainda, a título de compensação pelo desmate, igual área ser preservada com as mesmas características ecológicas no mesmo Município ou Região Metropolitana, de acordo com os arts. 17 e 31 da Lei nº 11.428/06 e art. 26 do Decreto Federal nº 6.660/08.

II – Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência da Lei nº 11.428/06, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção, em no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

§ 9 - Para municípios que exerçam o licenciamento ambiental autorizar o corte, a supressão e a exploração da vegetação em estágio avançado para a implantação empreendimentos licenciados ou autorizados ambientalmente pelo Município **de acordo com os itens I e II.**

I – Para a implantação de loteamento ou qualquer edificação nos perímetros urbanos aprovados até a data de vigência da Lei nº 11.428/06, deverá ser mantido 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação, devendo, ainda, a título de compensação pelo desmate, igual área ser preservada com as mesmas características ecológicas no mesmo Município ou Região Metropolitana, de acordo com os arts. 17 e 30 da Lei nº 11.428/06 e art. 26 do Decreto Federal nº 6.660/08.

II - Nos perímetros urbanos aprovados após a data de início de vigência da Lei nº 11.428/06, é vedada a supressão em estágio avançado para fins de loteamento ou edificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FATMA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições constantes no TERMO originário, não modificadas no todo ou em parte, pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO


A publicação do presente Termo será providenciada pela FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FATMA, no Diário Oficial do Estado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este primeiro termo em três vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém, para que produza os devidos e legais efeitos.

Florianópolis, 07 de Julho de 2017.



FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – FATMA
Alexandre Waltrick Rates - Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
Nelson Virtuoso - Prefeito Municipal

SUN RIVER IMOVEIS LTDA - CNPJ 12.641.994/0001-03 - Sociedade Limitada		Demonstração de Fluxo de Caixa	
Balancete Patrimonial		Demonstração de Fluxo de Caixa	
2016		2015	
ATIVO			
Ativo Circulante	1.609.966	2.149.079	
Caixa e equivalentes de caixa	2.807	58.104	
Estoques	1.577.409	1.577.409	
Outros créditos		381.336	
Empréstimos	20.102		
Agiamentos		44.809	
Tributos a recuperar	90.648	87.527	
Ativo Não Circulante	10.642.590	9.641.269	
Debêntures	180.000	3.462.000	
Investimentos	9.526.368	526.224	
Imobilizado em andamento	936.222	5.653.045	
TOTAL DO ATIVO	12.333.556	11.790.348	
PASSIVO			
Passivo Circulante	58.191	2.574	
Obrigações trabalhistas e sociais	1.057	946	
Obrigações tributárias	55.134	1.629	
Passivo Não Circulante			
Patrimônio Líquido	12.277.365	11.787.774	
Capital social	10.000.000	10.000.000	
Lucros Acumulados	2.277.365	1.787.774	
Prejuízos acumulados			
TOTAL DO PASSIVO	12.333.556	11.790.348	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	2016	2015	
Receita operacional bruta	83.476	118.658	
(-) Deduções da receita	(3.047)	(4.578)	
Receita líquida	80.429	114.080	
Custo das mercadorias vendidas			
Lucro bruto	80.429	114.080	
Despesas Operacionais	(60.708)	(20.765)	
Despesas gerais e administrativas	(60.708)	(20.765)	
Perdas com incobráveis			
Despesas financeiras	(954)	(844)	
Receitas financeiras	638.524	114.272	
Resultado operacional líquido	697.470	113.428	
Receitas não operacionais	5.521	7.342	
Resultado antes dos IR e CSLL	722.912	212.055	
Provisão para IR e CSLL	(283.321)	(36.447)	
Lucro (Prej.) líquido do exercício	489.591	173.608	

da remuneração anual dos administradores no valor global de R\$ 76.738,12, (setenta e seis mil, setecentos e trinta e oito reais e doze centavos). Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o presidente esclareceu que os documentos citados na ata, ficando arquivados na sede da Companhia. O senhor presidente suspendeu os trabalhos e determinou a lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos. Certificamos que a presente ata é descrição fiel dos assuntos tratados e faz parte do Livro de Atas das Assembleias Gerais - nº 04, as páginas 6 e 7, Joinville (SC) 27 de abril de 2017. Assinaturas - Mesa: Udo Döhler - Presidente; Geovane Marcial de Oliveira Cercal - Secretário; Acionistas: Döhler S.A., Arno Waldemar Döhler Junior, Roland Döhler, Ingo Döhler. Membros da Diretoria: Roland Döhler, Udo Döhler. Arquivado na JUCESB sob nº 20170602823 em 08.06.2017. Henry Goy Pelry Neto - Secretário Geral.

Cod. Mat.: 459939

DÖHLER S.A.

Companhia Aberta (Código CVM nº 520-7)
 CNPJ 84.683.408/0001-03 - NIRE: 42 3 0000515-1
 Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 27.04.2017.
 Data/Hora/Local: 27 dias do mês de abril de 2017 às 09:00 horas, no endereço localizado na Rua Arno W. Döhler, 145, em Joinville (SC.). Publicações: a) Anúncios de Convocação e Aviso aos Acionistas; publicado nos jornais A Notícia e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nos dias 24, 27 e 28 de março de 2017; b) Demonstrações Financeiras; publicadas nos jornais A Notícia e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no dia 10 de abril de 2016. Mesa Diretora: Udo Döhler - Presidente e Geovane Marcial de Oliveira Cercal - Secretário. Presenças: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital Social com direito a voto, conforme assinaaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presenças também os Srs. Fábio Gilreia e Ailton Dejar Romão, membros do Conselho Fiscal, e o Sr. Lourival Pereira Amorim, representante da VGA Auditores Independentes. Ordem do Dia: 1) Análise, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2016; 2) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício e aprovação do orçamento de capital; 3) Fixação da remuneração anual dos Administradores. Deliberações Tomadas conforme Ordem do Dia: Autorização da lavratura desta ata na forma de sumário e sua publicação com omissão da assinatura dos acionistas, bem como a aprovação dos seguintes assuntos (conforme Ordem do Dia): "1) Aprovado por maioria dos acionistas votantes, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Foram solicitados esclarecimentos aos administradores da Companhia que, prestados por estes e pelo auditor independente presente, foram reduzidos a escrito e encontram-se arquivados na Companhia; 2) Aprovado por maioria dos acionistas votantes a seguinte destinação para o Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2016, no montante de R\$ 15.456.772,31 (quinze milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), dos Lucros Acumulados decorrentes da realização do Custo Atribuído do Imobilizado durante o mesmo exercício, no montante de R\$ 3.245.699,37 (três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), e da reversão de dividendos prescritos no valor de R\$ 9.195,06 (nove mil cento e noventa e cinco reais e seis centavos), a saber: a) Reserva legal: R\$ 772.838,62 (setecentos e setenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos); b) Reserva para Investimentos: R\$ 1.519.772,82 (um milhão, quinhentos e dezessete mil, setecentos e setenta e dois reais e cinco centavos) e c) Reserva de Subvenção para Investimentos: R\$ 16.419.658,30 (dezesseis milhões, quatrocentos e dezessete mil, cinquenta e cinco reais e trinta centavos). Considerando que o resultado advindo da Reserva de Subvenção para Investimento, no montante de R\$ 15.419.658,30 (dezesseis milhões, quatrocentos e dezessete mil, cinquenta e cinco reais e trinta centavos) é superior ao resultado do exercício no montante de R\$ 15.456.772,31 (quinze milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos), fica prejudicada a distribuição de dividendos, bem como a deliberação pelo orçamento de capital. Do mesmo modo, o Custo Atribuído do Imobilizado, no montante de R\$ 3.245.699,37 (três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), não será objeto de distribuição de dividendos em razão de ter sido destinado à conta de Reserva de Subvenção para Investimentos e Reserva para Investimentos; 3) Aprovada por maioria dos acionistas votantes, com abstenção do acionista Clube de Investimento Profit, a fixação da remuneração anual dos Administradores no valor global de R\$ 4.416.698,10 (quatro milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e noventa e oito reais e dez centavos), modificável nos termos da política salarial da Companhia, sendo que os membros do Conselho de Administração não terão remuneração; 4) Aprovada a Reinstalação do Conselho Fiscal,

Cod. Mat.: 460127

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE
 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2017
 A COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE, UASG 926377, torna público que a partir de 09h00min do dia 03/07/2017 receberá propostas no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, relativas ao Pregão Eletrônico nº 054/2017, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E REAGENTES DE USO LABORATORIAL PARA A COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE. A abertura das propostas terá início às 09h00min do dia 13/07/2017. O Edital está disponível no site acima mencionado ou no endereço www.aguasdejoinville.com.br. Informações: licitacoes@aguasdejoinville.com.br ou (47) 2105-1600, Joinville, 28 de junho de 2017.
 JALMEI JOSÉ DUARTE - Diretor-Presidente
 LARISSA GRUN BRANDÃO NASCIMENTO - Diretora Comercial, Administrativa e Financeira
 Cod. Mat.: 459925

PRESIDENTE GETÚLIO
 Extrato do Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal Município de Presidente Getúlio/SC, CNPJ nº 83.102.434/0001-20, informa que celebrou o Termo de Delegação de Atribuições com a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, sob nº 21158/2017, em 27 de Abril de 2017, tendo por objetivo a delegação de atribuição com vistas à execução de programa de gestão florestal compartilhada, mediante delegação de competência ambiental, especialmente em relação ao cumprimento da legislação ambiental vigente. Vigência do Convênio até 31 de dezembro de 2016.
 Cod. Mat.: 459933

COMFIO - COMPANHIA CATARINENSE DE FIAÇÃO
 Sociedade Anônima de Capital Fechado
 CNPJ nº 82.607.847/0001-01 - NIRE nº 42 3 0000625-4
 Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 27.04.2017
 Data/Hora/Local: 27 dias do mês de abril de 2017 às 14:00 horas, no endereço localizado na Rua Arno W. Döhler, 705, em Joinville (SC.). Publicações: a) Anúncios de Convocação e Aviso aos Acionistas; publicado nos jornais A Notícia e Diário Oficial do

Estado de Santa Catarina, nos dias 24, 27 e 28 de março de 2017; b) Demonstrações Financeiras; publicadas nos jornais A Notícia e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina no dia 10 de abril de 2017. Mesa Diretora: Udo Döhler - Presidente e Geovane Marcial de Oliveira Cercal - Secretário. Presenças: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital Social com direito a voto, conforme assinaaturas no Livro de Presença de Acionistas e membros da Diretoria. Ordem do Dia: 1) Análise, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2016; 2) Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e aprovação do orçamento de capital; 3) Fixação da remuneração anual dos Administradores. Deliberações Tomadas por Unanimidade dos Acionistas Presentes, conforme Ordem do Dia: Autorização da lavratura desta ata na forma de sumário e sua publicação com omissão da assinatura dos acionistas, bem como os seguintes assuntos (conforme Ordem do Dia): "1 - Aprovado por unanimidade dos acionistas votantes, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa e demais documentos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. 2 - Aprovada a seguinte destinação para o Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2016, no montante de R\$ 3.744.092,24 (três milhões setecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e dois reais e vinte e quatro centavos), dos Lucros Acumulados decorrentes da realização do Custo Atribuído do Imobilizado, durante o mesmo exercício, no montante de R\$ 596.979,48 (quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos) e da reversão de dividendos prescritos no valor de R\$ 15.412,55 (quinze mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos) a saber: a) Reserva para aumento de capital: R\$ 718.966,58 (setecentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e seis reais, cinquenta e oito centavos), para fazer face a futuros investimentos conforme orçamento de capital ora aprovado; b) Dividendos: R\$ 3.637.517,69 (três milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e dezessete reais e sessenta e nove centavos), a razão de R\$ 0,0032 por ação ordinária e de R\$ 0,0032 por preferencial, os quais serão pagos em até 60 dias a partir desta data, nos termos do Estatuto Social; 3 - Aprovada a fixação